

Iris acha que a anistia ampla inviabiliza o País

"Uma anistia ampla para as dívidas de pequenos e médios empresários urbanos e rurais, inviabilizaria o País e eu não posso acreditar que os constituintes dessem à sociedade este péssimo exemplo". A afirmação foi feita ontem pelo ministro Iris Rezende, da Agricultura, depois de despachar com o presidente José Sarney que segundo Iris, vem acompanhando com preocupação, as reivindicações dos produtores em relação ao perdão da correção monetária sobre seus empréstimos bancários tomados durante o Plano Cruzado.

Embora afirmando que o Governo está avaliando com "cautela" a fusão das emendas do deputados Humberto Souto (PFL-MG), Ziza Valadares (PMDB-MG) e do senador Mansueto de Lavour (PMDB-PE), o ministro adiantou que o Governo é contra uma anistia generalizada, por entender que nem todos os produtores passam pelas mesmas dificuldades. Para ele, não se pode colocar no mesmo nível os empréstimos feitos por produtores de batatas, cebola, em comparação aos produtores de laranja que tem boa liquidez ou mesmo aqueles que cultivam produtos protegidos pela política de preços mínimos.

O ministro fez questão de frisar

que o Governo não desconhece a "situação aflitiva" de alguns produtores, mas não desconhece também que a situação não é generalizada pois para isto foram feitas pesquisas sobre a real situação de todos eles. Ele reconheceu que os prejuízos aos cofres públicos estimados pelo governo, superam Cz\$ 1 trilhão caso a anistia fosse concedida, enquanto a iniciativa privada fala em Cz\$ 500 bilhões.

Há alguns meses o Ministro Iris Rezende vem trabalhando com bastante cuidado e paciência, uma forma de como ele mesmo explica, de acabar de vez com o eterno problema que ocorre com a agricultura brasileira de alguns custos, inclusive o financeiro, subirem mais que o valor do produto. Ele disse que nos dois últimos anos que está à frente do Ministério a história vem se repetindo. Em meados do ano passado, segundo lembrou, os produtores do Centro-Sul foram anistiados até junho de 87, e os do Nordeste até dezembro.

Por isso sua proposta, que inclusive foi mais uma vez discutida com o presidente Sarney na reunião de ontem; foi no sentido de se buscar um instrumento definitivo para que as dívidas dos produtores sejam sempre equivalentes ao custo de produção.

15 JUN 1988

ANUAL DE BRASIL